



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7232 - <http://www.mec.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.006495/2019-02

1. **OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos, com fornecimento de peças de reposição e componentes dos equipamentos, com a respectiva instalação dos mesmos, de forma contínua, para atender as necessidades da Coordenação de Assistência Médica e Social da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, em Brasília DF, de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes neste Termo de Referência:

GRUPO 1				
Item	Descrição	Periodicidade	Critério de julgamento	Preço R\$
1	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos	Mensal	Menor preço do serviço	
2	Fornecimento de peças de reposição e componentes com a respectiva instalação dos mesmos	Sempre que houver necessidade (sob demanda)	-	-

1.2. Trata-se de serviço de natureza continuada, pois sua interrupção pode prejudicar o bom desenvolvimento das atividades da Administração, e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua manutenção contínua é essencial, uma vez que está voltada para aprimorar o funcionamento das rotinas administrativas do Órgão.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nos encartes "A" e "C".

1.3.1. A relação de peças e componentes apresentada lista os produtos com histórico de manutenções anteriores apresentada pelo setor, porém não se trata de rol taxativo, ou seja, podem vir a ser substituídas peças que não estão listadas na tabela.

1.4. São partes integrantes deste Termo:

Encarte "A" - Planilha de Orçamento (serviços);

Encarte "B" - Declaração de Vistoria;

Encarte "C" - Relação dos equipamentos Médicos e Odontológicos e Relação de peças e componentes dos equipamentos Odontológicos;

Encarte "D" - Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental e do Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

Encarte "E" - Modelo de Ordem de Serviço - OS;

Encarte "F" - Modelo de Declaração de Parentesco.

1.5. A presente contratação adotará a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global por grupo.

1.6. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (meses) a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Coordenação de Assistência Médica e Social - CAMS é responsável pela prestação dos serviços de primeiros socorros, prevenção e tratamento médico e odontológico para os servidores ativos e inativos do MEC e seus dependentes legais.

2.2. Os equipamentos médicos e odontológicos da CAMS, objeto dos serviços em tela, são de uso diário e contínuo, sendo estes ferramentas de trabalho dos profissionais da área médica e odontológica e, tendo em vista serem equipamentos hidráulicos, elétricos e movidos a ar comprimido, é de extrema necessidade que se façam lubrificações, trocas de mangueiras pelo seu ressecamento, devido ao clima seco do ambiente, trocas de peças que se desgastam pelo seu uso, drenagem dos filtros de ar utilizados e outros.

2.3. Neste sentido verifica-se que a contratação em tela se justifica plenamente pela necessidade de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos médicos e odontológicos que sofrem desgastes naturais devido ao uso constante, objetivando, desta forma, evitar interrupções no atendimento, as quais prejudicariam os servidores e seus dependentes, sendo, assim, fundamental tal contratação para dar continuidade aos atendimentos na área médica e odontológica deste Ministério.

2.4. O Ministério da Educação não possui mão-de-obra qualificada nem ferramentas apropriadas para a realização das manutenções periódicas que devem ser realizadas nos equipamentos citados.

2.5. O critério de julgamento será o de menor preço global por grupo, pois os serviços possuem interdependência, fator que será mais bem administrado mediante único contrato. Cumpre-nos enfatizar, ainda, que a opção retro mencionada justifica-se, tendo em vista que não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, a qual se encontra prevista no art. 23, §1º da Lei 8.666/93, sendo necessário registrar que a natureza dos serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado, em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que, desta forma, indubitavelmente ocorrerá uma eficiente execução e controle do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços em tela.

## **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

3.1. A contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, enquadra-se como serviço comum, de caráter contínuo, para fins do disposto no artigo 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, cabendo licitação na modalidade Pregão, tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global por grupo, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, nas Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, na Instrução Normativa nº 02/SEGES/MPOG, de 6 de dezembro de 2016, Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 27 de junho de 2014, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010; na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, no Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, na Portaria nº 120/MEC, de 10 de março de 2016, na Portaria nº 1.478/MEC, de 1º de dezembro de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **4. DA VISTORIA FACULTATIVA**

4.1. As empresas interessadas em participar da licitação poderão proceder à rigorosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços observando principalmente os tipos de equipamentos que terão manutenção/correção - ocasião na qual será firmada a declaração, conforme modelo disponível no ENCARTÉ "B" do Termo de Referência (DECLARAÇÃO DE VISTORIA) em conformidade com o inciso III, do art. 30, da Lei nº 8.666/93, examinando as áreas e equipamentos e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

4.2. A vistoria deverá ser marcada e realizada em dias úteis, das 09:00h às 16:00h, com o responsável designado pela Coordenação de Assistência Médica e Social- CAMS, através do telefone: (61) 2022-

7298/7315/7290/7308, devendo ser efetivada até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura do Pregão.

4.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **5. DA FORMA DE EXECUÇÃO E PRAZO DOS SERVIÇOS**

5.1. A manutenção preventiva será executada mensalmente nos equipamentos médicos e odontológicos, até o dia 10 (dez) de cada mês, no período matutino de 09:00 às 11:00 e no período vespertino de 14:00 às 17:00, procedendo-se à inspeção, teste, lubrificação, drenagem da água do compressor, regulagem e, se necessário, pequenos reparos (quando não houver necessidade de aquisição de peças), a fim de manter os maquinários em boas condições de funcionamento e segurança.

5.2. Na manutenção corretiva os serviços serão realizados sob demanda, os quais serão requisitados por meio de abertura de chamados técnico, com emissão de Ordem de Serviço pela Coordenação de Assistência Médica e Social, a ser transmitido à empresa por meio de e-mail, com a descrição resumida do defeito apresentado.

5.2.1. A manutenção corretiva deverá ser realizada no prazo máximo, de 1 (um) dia útil, a contar da data de recebimento da ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE.

5.3. Em nenhuma hipótese se admitirá a recusa do cumprimento constante do subitem anterior, por parte da empresa, em função de sobrecarga em sua capacidade instalada.

5.4. Os serviços poderão ser supervisionados por técnico da área (preferencialmente Odontólogos ou Auxiliares em Saúde Bucal).

5.5. Em caso de necessidade de substituição de peças ou componentes, a CONTRATADA deverá encaminhar para a área contratante, no prazo de 1 (um) dia útil, a descrição do(s) produto(s), com código do fabricante e o devido orçamento, conforme item 4.2, a fim de ser apreciado pela CAMS, para:

a) Aprovação, devendo, a CONTRATADA, fornecer e instalar, de imediato, a(s) peça(s)/componente(s) necessário(s) para o correto e seguro funcionamento dos equipamentos, ou;

b) Rejeição, devendo a CONTRATADA justificar seu orçamento, que poderá ou não ser aprovado.

c) Em caso de reprovação devidamente justificada, o MEC poderá proceder à aquisição de peça(s)/componente(s) por outra forma mais vantajosa para a Administração.

5.6. Todos os serviços, após executados, deverão ser conferidos na presença da fiscalização, ficando sua aceitação final dependendo da qualidade do serviço prestado, observada as normas pertinentes.

5.7. A CONTRATADA deve substituir as peças ou qualquer material danificado em consequência de manipulação inadequada, imediatamente, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.8. As peças de reposição para todos os equipamentos deverão ser originais e fornecidos pela CONTRATADA, com ônus para a CONTRATANTE, conforme item 7.5, pelo preço do mercado.

5.9. Prestar garantia de, no mínimo, 3 (três) meses para os serviços de manutenção e para as peças utilizadas nos equipamentos, contados da data de conclusão dos reparos ou da devolução ao MEC dos equipamentos retirados para conserto em laboratório, independentemente da natureza do defeito apresentado.

5.9.1. As peças substituídas terão prazo de garantia igual ao fornecido pelo fabricante ou de, no mínimo, 3 (três) meses, o que for mais vantajoso para a Administração.

5.10. Substituir peças dos equipamentos, sempre que verificada sua necessidade, em função do desgaste natural decorrente da utilização, por outra de configuração idêntica ou superior, originais e novas, de

acordo com especificações dos fabricantes dos referidos equipamentos.

5.11. Substituir/corrigir os serviços e as peças que apresentarem defeitos durante o prazo de garantia, no período de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação emitida pelo MEC.

5.12. Para a reposição de peças a Licitante vencedora deverá apresentar, previamente, o custo do fabricante e memória de cálculo com os acréscimos, quando for o caso, do frete e tributos legais para a autorização do Gestor/Fiscal, reservando-lhe o direito de adquiri-las de outro fornecedor.

5.13. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

## **6. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

6.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67, art. 73 ambos da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 será acompanhada e fiscalizada por servidor responsável pelo Setor Médico e Odontológico, especificadamente designado pela Coordenação de Assistência Médica e Social, nomeado por portaria do Subsecretário de Assuntos Administrativos, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

6.2. Para o acompanhamento e fiscalização do contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN nº 05/2017 e Portaria de Designação da Fiscalização do Contrato.

6.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessária.

6.4. A Contratante poderá rejeitar no todo, ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o MEC, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus encartes.

6.5. A Contratada será a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços. À Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização da execução contratual, diretamente ou por servidores designados.

6.6. Determinar a retirada de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha prejudicar o bom andamento do serviço.

6.7. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.8. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.9. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.10. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.13. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, deixar de utilizar os materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação mensal ou bimestral, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.19. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.20. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.21. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

7.1. A licitante deverá, na forma expressa do sistema eletrônico, consignar o valor mensal e anual do contrato.

7.2. Nos preços cotados, deverão estar inclusos todas as despesas legais incidentes (impostos, taxas, fretes, mão-de-obra, entrega e outros insumos que os compõem), nada sendo lícito pleitear a esse título.

7.3. O orçamento deve ser apresentado considerando o item a que se refere exclusivamente às manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos. No caso do segundo item, referente a aquisição de peças, não é necessário cotar um valor mensal e anual, tendo em vista que o item só será acionado caso haja necessidade do Setor de Odontologia.

7.4. A licitação será julgada pelo critério de menor preço global por grupo, de acordo com a tabela a seguir:

GRUPO 1				
Item	Descrição	Periodicidade	Critério de julgamento	Preço R\$
1	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos	Mensal	Menor preço do serviço	
2	Fornecimento de peças de reposição e componentes com a respectiva instalação dos mesmos	Sempre que houver necessidade (sob demanda)	-	-

7.5. As propostas terão prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. No caso da utilização de produtos importados, no que couber, deve ser entregue toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da ABNT e INMETRO. A não apresentação destas especificações e/ou documentação ensejará a desclassificação da proposta.

7.7. As propostas deverão conter: razão social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.

7.8. Entregar junto da proposta a declaração de Sustentabilidade constante do encarte "D" sob pena de desclassificação.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Termo de Referência.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de representante da Coordenação de Assistência Médica e Social, especialmente designado pela Contratante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.

8.3. Notificar a contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no desenvolvimento das atividades previstas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às dependências onde se encontram os equipamentos, a fim de facilitar a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pela Contratada.

8.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

8.7. Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.8. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

8.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.11. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.12. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.13. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.15. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Executar todos os serviços de acordo com as exigências constantes deste Termo de Referência e de sua proposta.
- 9.2. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-as sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- 9.3. Realizar o objeto deste Termo de Referência, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.
- 9.4. Executar os serviços mediante a utilização de ferramentas e de instrumentos de boa qualidade, que atendam às particularidades e especificações técnicas dos equipamentos, inclusive quanto à sua marca, modelo, dimensões, procedência, etc.
- 9.5. Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, transporte e material de limpeza em geral, para a execução das manutenções preventivas e corretivas.
- 9.6. Os serviços serão sempre prestados diretamente pela Contratada, vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros das obrigações decorrentes do Contrato.
- 9.7. Deixar o local de trabalho em perfeitas condições de limpeza e uso após a execução dos serviços.
- 9.8. Após a realização de cada manutenção preventiva e corretiva, a Contratada deverá apresentar relatório informando os serviços executados, o qual deverá ser atestado pelo responsável da Coordenação de Assistência Médica e Social, testemunhando a execução dos serviços.
- 9.9. A Contratada arcará com as despesas relativas à execução das manutenções preventivas e corretivas, tais como: materiais de limpeza, mão de obra, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, licenças, taxas, impostos, emolumentos, encargos sociais, fiscais, comerciais e quaisquer outros que venham a incidir sobre o contrato de prestação de serviços.
- 9.10. Executar os serviços através de seus técnicos habilitados e credenciados, trajando uniforme adequado e portando crachás de identificação, onde constará, explicitamente, além da sua razão social, o nome do empregado, quando em serviço nas dependências do MEC.
- 9.11. Promover a substituição do profissional que, a juízo do MEC, não preencher as condições de idoneidade e de capacidade técnico-profissional exigível para o bom desempenho de suas atividades.
- 9.12. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou à Contratante, em razão de acidentes ou de ação, e, u omissão dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir.
- 9.13. A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados neste Termo, não se admitindo quaisquer modificações sem a aprovação da fiscalização da CAMS/CGGP.
- 9.14. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venham a causar ao patrimônio reparando-os às suas custas, durante a execução dos serviços contratados, sem que caiba nenhuma indenização por parte do MEC.
- 9.15. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à

Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.22. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.23. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.26. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.27. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.30. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.

12.2. O recebimento dos serviços executados pela empresa deverá ser documentado, na própria Ordem de Serviço, ficando em poder da empresa, para comprovação da entrega e habilitação do pagamento.

12.3. O recebimento dos serviços, dar-se-á conforme o disposto nos artigos 69, 73 e 76, da Lei nº 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

a) provisoriamente, no prazo máximo de 01 (um) dia corrido a partir do recebimento da ordem de serviços, mediante termos próprios, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação prevista neste Termo.



b) definitivamente, no prazo máximo de 01 (um) dia corrido, a partir do término do recebimento provisório, após a verificação da execução do serviço e consequente aceitação.

12.4. Em caso de não conformidade lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades da execução do serviço. Nesta hipótese, o item objeto deste Termo de Referência será rejeitado, devendo ser refeito no prazo máximo de 03 (três) dias, quando se realizarão novamente as verificações de conformidade.

12.5. Caso o serviço não seja refeito em até 03 (três) dias, ou caso o serviço também seja rejeitado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

12.6. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

### **13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

13.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

13.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

#### 14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços dos serviços objeto deste Termo de Referência, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado em 12 (doze) meses com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

I<sub>0</sub>

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço do serviço/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

14.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

14.3. O CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, observado o disposto na IN nº 05/2017 e suas alterações.

14.4. Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 15. **DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS**

15.1. A garantia dos serviços consiste no cumprimento, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.

15.2. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato.

15.3. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

15.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

15.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

15.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

15.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

15.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

15.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

15.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

15.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

15.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

15.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.13. Será considerada extinta a garantia:

15.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.13.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

15.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

15.15. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará (ão) impedida (s) de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo/Contrato e demais cominações legais a (s) CONTRATADA (S) que:

a) Apresentar documentação falsa;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida no edital;

e) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

f) Comportar-se de modo inidôneo;

g) Fizer declaração falsa;

h) Cometer fraude fiscal; ou

i) Incurrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no Contrato e das demais cominações legais.

16.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

16.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o direito do contraditório e da ampla defesa.

16.6. Sem prejuízo das sanções previstas, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destacam-se as possíveis aplicações:

16.6.1. Advertência;

16.6.2. Multa de:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato.

16.6.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 5 (dois) anos.

16.6.4. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo.

16.6.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

16.7. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7 % (sete por cento) do contrato.

16.8. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:

I – mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II – mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;

III – mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

16.9. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

16.10. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

16.11. As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

16.12. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada.

16.13. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

16.14. Caracteriza-se como falta grave: falha na execução do contrato, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

16.17. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.18. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.19. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.21. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17. DO CUSTO ESTIMADO PARA OS SERVIÇOS

17.1. A pesquisa de mercado **quanto a prestação dos serviços** foi realizada conforme consta no processo e o valor anual estimado do contrato é de **R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)**.

17.2. Com relação ao custo de **reposição das peças**, essas irão ocorrer sob demanda.

## 18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução do serviço contratado, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39 -

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, subitem 17, que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2020 e 2021.

## **19. DA NATUREZA CONTINUADA DOS SERVIÇOS**

19.1. Trata-se de serviço de natureza continuada, pois sua interrupção pode prejudicar o bom desenvolvimento das atividades da Administração, e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua manutenção contínua é essencial, uma vez que está voltada para aprimorar o funcionamento das rotinas administrativas do Órgão.

19.2. O serviço, objeto do presente Termo de Referência, está relacionado na Portaria nº 1.478/MEC de 1º de dezembro de 2014, na qual foram definidos os serviços que se enquadram como de natureza contínua no âmbito deste Ministério, cujos contratos necessitam: estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais e evitar contratações rotineiras e antieconômicas.

19.3. O serviço odontológico oferecido por este Ministério aos servidores e dependentes é na forma direta, ou seja, por meio de profissionais do próprio quadro e nas instalações do Ministério, com atendimento diário em média de 15 (quinze) pacientes. Não obstante o empenho dos servidores diretamente envolvidos na realização dessas atividades faz-se necessário a manutenção dos equipamentos, no que diz respeito à lubrificação, regulagem e reposição de peças em consequência do constante uso dos equipamentos.

19.4. Desta forma, os serviços a serem contratados objetivam manter o serviço de prestação dos serviços de primeiros socorros, prevenção e tratamento médicos e odontológicos sem sofrer interrupções, garantindo, desta forma, a saúde e o bem-estar dos servidores ativos e inativos do MEC, assim como de seus dependentes legais. Diante dessa circunstância é essencial admitir que os serviços, objeto do presente Termo de Referência, sejam executados de forma contínua, podendo ou não, ser prorrogados de acordo com o interesse da Administração.

## **20. DA CONDIÇÃO DE SERVIÇO COMUM**

20.1. Os serviços objeto da presente contratação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis, entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

## **21. DO LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

21.1. Os serviços serão prestados, na Coordenação de Assistência Médica e Social, no Edifício Anexo I, do Ministério da Educação, situado na Esplanada dos Ministérios Bloco "L", mensalmente até o dia 10 (dez) de cada mês, no período matutino de 09:00 às 11:00 e no período vespertino de 14:00 às 17:00.

## **22. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

22.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

22.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

22.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá disponibilizá-lo para assinatura, mediante acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações SEI para que seja assinado.

22.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

22.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

22.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

22.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

22.4. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (meses) a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

22.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

22.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

22.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

22.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

## **23. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

23.1. Comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, conforme § 4º do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

23.2. Apresentar relação explícita e declaração formal de poder disponibilizar ao MEC, pessoal técnico qualificado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto de que trata este Termo de Referência, sob as penas cabíveis, nos termos do § 6º do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

## **24. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

24.1. O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação da garantia, dentre uma das modalidades definidas no § 1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93, em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura da avença contratual.

## **25. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

25.1. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber:

25.2. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS;

25.3. Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. O MEC poderá realizar diligências nas dependências da empresa vencedora, para a devida averiguação da real possibilidade desta em atender a este Termo, no que se referem às instalações físicas, equipamentos e mão-de-obra especializada, para a prestação dos serviços de manutenção nos equipamentos.

26.2. Todas as etapas dos serviços involuntariamente não explícitas neste Termo de Referência, mas necessárias à execução total dos serviços e ao perfeito acabamento serão de responsabilidade da Contratada.

26.3. A simples apresentação de proposta indica e fica assim entendido que a empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

26.4. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico [cpl@mec.gov.br](mailto:cpl@mec.gov.br).



MÁRIO AMARAL DA SILVA FILHO e KATIA FERRER LUZARDO  
Membros da Equipe de Planejamento da Contratação

De acordo, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, para aprovação.

THAIS LUNA MAGNAGO  
Coordenação de Assistência Médica e Social

De acordo, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para os procedimentos subsequentes.

LUANNA ARAÚJO DE CARVALHO  
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Luanna Araujo de Carvalho, Coordenador(a) Geral**, em 28/01/2020, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Luna Magnago, Coordenador(a)**, em 29/01/2020, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1885886** e o código CRC **E9D57746**.

**ENCARTE "A"**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO (SERVIÇOS)**

Serviço	Periodicidade	Valor
Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos e odontológicos do Ministério da Educação	mensal	R\$
Fornecimento de peças, em caso de necessidade, com orçamento prévio e anuência do MEC	quando houver necessidade (sob demanda)	-

**Obs:**

1) Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.

2) Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos.

Valor Global:	
Razão Social:	
CNPJ:	

End:		
Cep:		
Fone/Fax:	E-mail:	
Validade da Proposta:		
Especificação Técnica:		
Forma de Pagamento:		
<b>Dados Bancários da empresa:</b>		
Agência:	Conta Corrente:	Banco:

#### DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO

Nome:	CPF:	RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:
Cep:		
Estado civil:		
Residência:		
Cargo/Função:		
Nacionalidade:		

\* Lembrar que é necessária cópia dos principais documentos:

- 1) da empresa - Alteração Contratual ou Procuração
- 2) pessoais - Identidade e C.P.F. ou da CNH, que assinará o CONTRATO

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

#### ENCARTE "B" TERMO DE VISTORIA

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico

Número da Licitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Processo nº 23000.006495/2019-02

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos, com fornecimento de peças de reposição e componentes, com a respectiva instalação dos mesmos, de forma contínua, para atender as necessidades da Coordenação de Assistência Médica e Social da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, em Brasília DF

Em cumprimento ao Edital de Licitação acima identificado, declaramos ter conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Data e hora da vistoria: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ das \_\_\_\_h \_\_\_\_ às \_\_\_\_h \_\_\_\_

Assinatura do Representante

Assinatura do servidor

(2 vias)

### ENCARTE "C"

#### RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EXISTENTES NA CAMS E RELAÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos, com fornecimento de peças de reposição e componentes, com a respectiva instalação dos mesmos, de forma contínua, para atender as necessidades da Coordenação de Assistência Médica e Social da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, em Brasília DF.

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EXISTENTES NA CAMS				
ITEM	EQUIPAMENTOS	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT
01	Equipos e suas pontas	Gnatus	EQUIPO SYNCRUS LS C	03
02	Aparelho de profilaxia	Dabi Atlante	Profi NEO EQUIP.P/ODONT. BICARB./SODIO ULTRA S	02
03	Aparelho de profilaxia	Gnatus	JET SONIC - 127/220V – 50/60Hz Potência 60VA – Frequência 30000 Hz – Fusível 1ª Fab: 28/11/2008	01
04	Cuspideira	Gnatus	Unidade de água SYNCRUS L 2T V Fab: 12/12/2005	03
05	Cadeiras odontológicas	Gnatus	Cadeira SYNCRUS GL - 127/220V – 50/60Hz Fab: 28/11/2005	04
06	Refletores	Gnatus	Refletor de Lâmpada Halógena PERSUS L Fab: 28/11/2005	03
07	Pontas (canetas) de alta rotação	Kavo	TURBINA EXTRA TORQUE 605 C Ref: 0.980.6802	04
08	Pontas (canetas) de alta rotação	Dabi Atlante	MRS 400 TORQUE Push Botton	04
09	Pontas (canetas) de baixa rotação	Kavo	MICRO MOTOR 500 - Ref: 1.007.9137 CONTRA ÂNGULO 500 Ref: 1.007.5069	04
10	Compressores	Schultz	MODELO MSV 12 – Isento de óleo 120 lbf/pol <sup>2</sup> - 200 litros 2hp – 53 gal  2 pistões: Modelo MO0IC0X0X0000301332 220v – 60Hz – 7.45 A – 1720 RPM Fab: 22/10/2018	02
11	Fotopolimerizadores	Schuster	MODELO EMITTER G COM PROTETOR OCULAR, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E PONTEIRA FIBRA ÓTICA POLIM. 8,0 mm pta Fab: 26/05/2015	03
12	Autoclave de 21 litros	Cristofoli	VITALE AÇO/INOX - VT6 – 3994	01

		Vitale	220 kPa – 50/60 Hz Fab: 12/2007	
13	Autoclave 21 litros	Digitalis	Autoclave de Mesa DIGITALE - Modelo 1.2 Série nº: H21219426 220 SF	02
14	Amalgamadores	Schuster	Amalgamador VIBRAMAT CAP SPEED BIVOLT AUTOMÁTICO 127/220V Fab: 04/03/2015	02
15	Mochos	Gnatus	MOCHO SYNCRUS GL - Fab: 21/11/2005 ESTOFAMENTO MOCHO AZ – CEL Fab: 05/12/2005	08
16	Aparelho de RX	Dabi atlante	Modelo SPECTRO 70X ELETRONIC Classe I – Tipo B – Comum Operação : Intermitente - 127/220v Nº série: K00152 - Tubo de Raio X nº 071312	01
17	Aparelho de pressão automático	Bic	ML 0086 2010 Modelo TD 3132	01
18	Balança mecânica	Sensimax	130 - Promesul	01
19	Seladora	Sealplus	SELADORA/ALT Modelo ALTESEAL PLUS 127/220V – 50/60 Hz Nº série 51855 Fab: 07/10/2014	01
20	Negatoscópio		Chave liga/desliga: Duas posições Painel: Leitoso, translúcido, branco - Dimensões: 480x400x100 mm Voltagem: 127/220V - Frequência: 50/60 Hz Potência Máxima: 30 W - Lâmpada: 2x 15W	03
21	Lavadora ultrassônica L100	Schuster	MODELO L 100 - 220/127V – 50/60Hz 170 W Peso 2500g - Nº série 12140105011 Fab: 09/02/2015	01
22	DEA - Desfibrilador externo automático	Cmos Drake	Life 400 Futura – DEA Cmos Drake	01
23	Incubadora para teste biológico	Smart Well	Mesa Labs - Modelo 1710 12 VDC; 2,5 A; 30 W	01

### RELAÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

RELAÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS QUE PODEM VIR A SEREM REPOSTAS (SOB DEMANDA)			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS - PEÇAS E SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1	Acoplador do micromotor KAVO	UNID.	4
2	Anel SCHULZ - isento de óleo (jogo)	UNID.	4
3	Área de selagem da Seladora ALT SEAL PLUS	UNID.	1
4	Bicos injetores SCHULZ	UNID.	4
5	Biela completa - isento, com rolamento agulha	UNID.	4
6	Camisas	UNID.	4
7	Capacitor motor	UNID.	2
8	Cauda das palhetas do micromotor	UNID.	4
9	Cilindro completo SCHULZ - isento	UNID.	4
10	Contra-ângulo da peça de mão de baixa rotação KAVO	UNID.	4
11	Discos de válvulas	UNID.	2
12	Eixo do contra-ângulo KAVO	UNID.	4
13	Eixos do compressor SCHULZ	UNID.	2
14	Encosto do assento da cadeira odontológica GNATUS	UNID.	3
15	Espelho para refletor GNATUS	UNID.	3

16	Feltros	UNID.	3
17	Filtro de ar completo	UNID.	2
18	Filtro dos sugadores GNATUS	UNID.	3
19	Fusível da Seladora ALT SEAL PLUS	UNID.	1
20	Junta completa pressure isento	UNID.	2
21	Kit para rebobinamento SCHULZ	UNID.	4
22	Kit ultrassom completo DABI	UNID.	2
23	Kit ultrassom completo GNATUS	UNID.	1
24	Lâmpada do refletor GNATUS	UNID.	4
25	Mangueira de seringa tríplice	UNID.	3
26	Mangueira para caneta de alta rotação	UNID.	3
27	Mangueira para caneta de baixa rotação	UNID.	3
28	Mangueira para sugadores GNATUS	UNID.	3
29	Micromotor da peça de mão de baixa rotação KAVO	UNID.	4
30	Mola das palhetas do micromotor da peça de mão KAVO	UNID.	4
31	Motor redutor de cadeira odontológica GNATUS	UNID.	2
32	Palhetas do micromotor KAVO	UNID.	4
33	Pistão completo isento SCHULZ	UNID.	4
34	Placa da cadeira odontológica GNATUS	UNID.	2
35	Placa de comando Cristofolis	UNID.	2
36	Placa de válvula completa SCHULZ	UNID.	2
37	Platinado motor completo	UNID.	2
38	Ponta de Encaixe para sugadores GNATUS	UNID.	3
39	Pressostato completo	UNID.	2
40	Protetor foco da cadeira odontológica modelo G1 GNATUS	UNID.	3
41	Resistência Cristofolis	UNID.	2
42	Retentores da seringa tríplice (equipamento GNATUS)	UNID.	3
43	Rolamento completo isento SCHULZ	UNID.	4
44	Rolamento inferior do contra-ângulo KAVO	UNID.	4
45	Rolamento superior do contra-ângulo KAVO	UNID.	4
46	Rolamento turbina de alta rotação DABI ATLANTE	UNID.	4
47	Rolamento turbina de alta rotação KAVO	UNID.	4
48	Rotor da turbina de alta rotação DABI ATLANTE	UNID.	4
49	Rotor da turbina de alta rotação KAVO	UNID.	4
50	Rotor de alta rotação DABI ATLANTE	UNID.	4
51	Rotor de alta rotação KAVO	UNID.	4
52	Sensor de temperatura Cristofolis	UNID.	1
53	Suporte do Equipo GNATUS	UNID.	3
54	Tampa da turbina de alta rotação DABI ATLANTE	UNID.	4
55	Tampa da turbina de alta rotação KAVO	UNID.	4
56	Termostato da Seladora ALT SEAL PLUS	UNID.	1
57	Unidade de feltro de ar para compressor isento	UNID.	2
58	Válvula de distribuição de água	UNID.	3
59	Válvula de retenção de água	UNID.	3
60	Válvula de retenção SCHULZ	UNID.	4
61	Válvula do suporte GNATUS	UNID.	3
62	Válvulas da seringa tríplice (equipamento GNATUS)	UNID.	3
63	Virabrequim	UNID.	2

**Observação:**

A relação de peças e componentes apresentada lista os produtos com histórico de manutenções anteriores apresentada pelo setor, porém não se trata de rol taxativo, ou seja, podem vir a ser substituídas peças que não estão listadas na tabela.

**ENCARTE "D"**

## DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### E DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

#### Constituição Federal/1988:

*“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)*

#### Lei nº 8.666/93:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).” (Grifamos)*

#### Lei nº 12.187/2009:

*“Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:*

*XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”*

#### Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

*“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:*

*I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*

*II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*

*III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;*

*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos)*

*V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos)*

*VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;*

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e ( Grifamos)*

*VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.*

2 – A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste Encarte.

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- a) A otimização de recursos materiais;
- b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- d) Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- e) Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.
- f) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- g) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;
- h) Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências do Ministério:

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

#### Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

## 1. DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

1.1. A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental** conforme modelo constante neste anexo, **juntamente com a proposta, conforme exigência do subitem 8.2 do Termo de Referência.**

1.1.1. Tal exigência visa atender aos seguintes dispositivos normativos: ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e à Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, bem como proporcionar e incentivar a inserção de novos produtos de natureza sustentável no mercado nacional, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes contratantes.

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ FONE/FAX: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, instaurado pelo Processo de nº \_\_\_\_\_, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

### **ENCARTE "E" MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

(Modalidade da licitação e Forma de realização) Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.



IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA		
Razão social:	CNPJ:	
Endereço:		
Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

DEMAIS DETALHAMENTOS			
LOCAL DE REALIZAÇÃO			
Nº do item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data  _____ Responsável pela solicitação do serviço	Local, data  _____ Responsável pela avaliação do serviço

### ENCARTE "F"

#### DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Decreto nº. 7.203/2010; Súmula Vinculante nº 13/STF)

Eu, \_\_\_\_\_, candidato a contratação pela empresa \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, no posto de trabalho de \_\_\_\_\_, para prestação de serviços no MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, objeto do Pregão nº \_\_\_\_/2019 e Contrato nº \_\_\_\_/2019.

DECLARO, para os fins do disposto no Decreto nº 7.203, de 04/06/2010, e na Súmula Vinculante nº 13/2008, publicada pelo Supremo Tribunal Federal

( ) NÃO POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes\* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC).

( ) POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes\* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC).

(neste caso, preencher as informações complementares abaixo).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Preencher o nome do cônjuge, companheiro ou parente, o grau de parentesco, o cargo e o local onde trabalha – lotação.

Nome: \_\_\_\_\_ Grau de parentesco: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Lotação: \_\_\_\_\_

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.

Embasamento legal

- Súmula Vinculante nº 13, publicada pelo STF:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

- Código Penal – Falsidade Ideológica

“Art. 299 omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 01(um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular.

Parágrafo Único: se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.

- DECRETO nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

( \* ) Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

- parente em linha reta até o terceiro grau (pai e mãe, filho e filha, avô e avó, bisavô e bisavó).

- parente colateral até o terceiro grau (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha).

- parente por afinidade até o terceiro grau (cunhado(a), sogro(a), enteado, genro e nora, padrasto e madrastra do cônjuge, pais dos sogros, filhos do enteado, bisneto e bisneta do cônjuge).